

Quarta-feira, 09 de novembro de 2016

#### AGRICULTURA FAMILIAR E AFINS

- 09/11 – JORNAL DE NOTÍCIAS/MG: [PROGRAMA DE IRRIGAÇÃO: Minas Gerais quer mais participação](#)  
08/11 – AGROLN: [Embrapa contesta dados sobre emissão de gases na pecuária](#)  
08/11 – GLOBO RURAL: [Governo vai liberar R\\$ 30 mi em subvenção ao seguro de fruticultores](#)  
08/11 – PORTAL BRASIL/DF: [Mais de 4,7 mil famílias indígenas recebem cestas básicas no RS](#)  
08/11 – CORREIO DE CORUMBA/MS: [Agricultura familiar ladarense produz sem agrotóxico e conquista consumidores](#)

#### INSTITUCIONAIS

- 08/11 – INCRA: [Conselho Nacional de Direitos Humanos discute soluções para conflitos agrários em Rondônia](#)  
08/11 – CANAL RURAL: [Índios protestam em Brasília contra a PEC 215](#)  
08/11 – G1/MT: [Sem-terra bloqueiam rodovia em MT e cobram regularização de área rural](#)  
08/11 – PORTAL MST: [Sem Terra reocupam fazenda improdutiva e são ameaçados por pistoleiros](#)

#### MATÉRIAS NA ÍNTEGRA

- 09/11 – JORNAL DE NOTÍCIAS/MG: [PROGRAMA DE IRRIGAÇÃO: Minas Gerais quer mais participação](#)

Em reunião conjunta da Comissão Nacional do Meio Ambiente e da Subcomissão Nacional dos Recursos Hídricos da CNA, a coordenadora da Assessoria de Meio Ambiente da FAEMG, Ana Paula Mello, que representa a entidade nas duas comissões, questionou o fato de Minas Gerais ter sido contemplado com pequena porção dos 5 milhões de hectares prioritários para ampliar a área de irrigação, de acordo com orientação da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação). “A FAO sobrepôs filtros com critérios múltiplos, como os de meio ambiente e de disponibilidade hídrica, e isso foi feito em grande escala e da forma mais restritiva possível, para definir estas áreas prioritárias, o que quase deixou nosso estado fora”.

A definição destas áreas prioritárias não impede que a irrigação seja ampliada em outras localidades. Mas para que isto ocorra, serão necessários levantamentos conjuntos dos setores produtivos com a Embrapa e o governo de Minas, por exemplo.

Segundo Ana Paula, devem ser elaborados estudos mais adequados para que o estado vença as dificuldades em áreas consideradas críticas, em termos hídricos. “A reservação de água nas bacias hidrográficas e propriedades rurais, além das outorgas sazonais, são opções para se ampliar a irrigação”. De acordo com o representante da FAO no Brasil, Alan Bojanic, o estudo feito pela entidade, para definir os 5 milhões de hectares no Brasil para ampliação da área irrigada, analisou multicritérios que consideram solo, relevo, código florestal, disponibilidade hídrica. O estudo visa fomentar a agricultura irrigada no país, com o intuito de estimular a segurança alimentar e a erradicação da fome e da pobreza, conforme estabelecem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

#### Gestão da irrigação

Um projeto piloto, que está sendo desenvolvido pela Embrapa, na área de irrigação, poderá ser testado em Minas Gerais. A estatal está criando uma plataforma tecnológica de gestão de irrigação, que promete gerir melhor a água utilizada nas lavouras. “Fizemos um primeiro contato com a Embrapa e sugerimos que a plataforma seja testada em uma das bacias hidrográficas de Minas Gerais. A ideia foi bem recebida pelo supervisor do Núcleo de Articulação Internacional da Embrapa Cerrados, Lineu Neiva”, diz Ana Paula [Leia no site](#)

**08 /11 – AGROLN:** [Embrapa contesta dados sobre emissão de gases na pecuária](#)

*Estimativa do Observatório do Clima não considera a mitigação, critica pesquisador. Para ABCZ, agropecuária no Brasil é demonizada*

Sebastião Nascimento

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) contestou os dados divulgados na semana passada pelo Observatório do Clima, que atribuem à pecuária de corte 65% das emissões de gases de efeito estufa. “Esses levantamentos consideram apenas a emissão de gases por parte da pecuária. Não levam em conta a mitigação de gases pela incorporação e estoque de carbono no solo em pastagens bem manejadas, a eficiência de raças precoces, que reduzem a permanência do gado no pasto”, diz Cleber Oliveira Soares, veterinário e chefe geral da Embrapa Gado de Corte de Campo Grande (MS).

Segundo Soares, a pecuária tem evoluído ao ponto de ser a cultura que mais contribui, no Brasil, com o efeito poupa-terra: “São 600 milhões de hectares nos últimos 40 anos. Isso é um fato. Os sistemas de produção eficientes têm contribuído para mitigar e promover o crédito de carbono. O pasto bem manejado, por exemplo, estoca carbono no solo, assim como as florestas plantadas e o plantio direto. Esses fatores positivos não são divulgados”, acrescenta Soares.

O chefe da Embrapa cita a pesquisa realizada pela Kleffman, publicada na edição de novembro de GLOBO RURAL. Segundo o estudo, a integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), já ocupa 11,5 milhões de hectares, mostrando que o Brasil já alcançou um dos compromissos estabelecidos no INDC (Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas), apresentado na Conferência do Clima em dezembro passado em Paris.

Para Soares, há informações, divulgadas sem embasamento científico, que colocam a pecuária como vilã do aquecimento global. “Estou calejado. Acredito que um dos desafios do agro é mostrar a correlação entre a ciência e o alimento. O Brasil foi de importador a exportador de alimentos graças a tecnologia de ponta usada nas últimas décadas. A produtividade cresceu aceleradamente sem aberturas de novas áreas”, diz o pesquisador.

Segundo ele, a sociedade não percebeu ainda a importância do país como produtor de alimentos tanto para o mercado interno como para o internacional. “Um bife tem ciência e tecnologia.”

Luiz Antonio Josahkian, zootecnista e superintendente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), diz que há uma demonização contra a atividade pecuária. “Toda a atividade tem seus prós e seus contras. A pecuária está sendo bem conduzida no Brasil. Há uma certa complacência com a indústria automobilística, por exemplo, na comparação com as constantes e acerbadas críticas à agropecuária em geral. A indústria automobilística é uma forte emissora de dióxido de carbono”, diz Josakian.

Para ele, tecnologias como o manejo correto da pastagem contribuem com o meio ambiente capturando dióxido de carbono. Há várias outras tecnologias, como a Integração Lavoura Pecuária Floresta (ILPF). Todas elas aumentam a produtividade da boiada e diminuem as áreas para trabalhar a criação e a engorda. Tem também o apuro genético. “É boi mais pesado e abatido antes. Ele fica muito menos tempo no pasto”, diz.

Josahkian fala da sua área específica de atuação, que é a seleção de gado zebu. “Quer bicho mais ecológico do que o zebu? Ele sobrevive comendo capim e o transforma em leite ou carne”, afirma. “O agro ocupa 1,4% do território nacional. Mais de 70% é preservado”, informa Josahkian. “E a tendência é de melhorar ainda mais conforme as novas tecnologias estão sendo incorporadas”, afirma.

Nelson Ananias Filho, coordenador de Sustentabilidade da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), também contesta os dados do Observatório do Clima. “O Brasil emite menos de 4% das emissões globais. O levantamento leva em conta as emissões e não o balanço. Se a gente considerar os esforços

empreendidos para redução das emissões no Brasil – que vêm diminuindo – e o comprometimento da propriedade rural na conservação da biodiversidade, no estoque de carbono e na recuperação de áreas degradadas, vamos constatar que a agropecuária é uma atividade muito menos impactante do que se pinta”, diz.

[Leia no site](#)

**08 /11 – GLOBO RURAL:** [Governo vai liberar R\\$ 30 mi em subvenção ao seguro de fruticultores](#)

### **Governo vai liberar R\$ 30 mi em subvenção ao seguro de fruticultores**

O Ministério da Agricultura vai liberar na quarta-feira (9/11) a produtores de frutas R\$ 30 milhões referentes ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Os recursos se referem ao último lote de subvenção para apólices de seguro para o setor, totalizando R\$ 80 milhões em subvenção aos fruticultores interessados em contratar o seguro rural.

"Quanto aos produtores que contrataram apólices de seguro rural junto à Nobre Seguradora, empresa liquidada extrajudicialmente em 4 de outubro último, o ministério vem se reunindo com a Superintendência de Seguros Privados (Susep) e entidades representativas dos produtores rurais no intuito de proporcionar alternativas para essa situação específica", disse a pasta em nota. "Tais segurados que optaram por contratar o seguro novamente junto a outras seguradoras terão a oportunidade de concorrer pelos recursos da subvenção que serão disponibilizados nesta quarta-feira."

[Leia no site](#)

**08/11 – PORTAL BRASIL/DF -** [Mais de 4,7 mil famílias indígenas recebem cestas básicas no RS](#)

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio da Superintendência regional do Rio Grande do Sul, inicia esta semana a distribuição de cestas de alimentos a comunidades indígenas em situação de insegurança alimentar no estado. A ação, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), beneficiará 4,7 mil famílias dos municípios de Miraguai, São Valério do Sul e Passo Fundo.

Cada família receberá uma cesta com 20 quilos de alimentos, composta por arroz, feijão, farinha de trigo, farinha de milho, leite em pó e açúcar. Os produtos foram comprados da agricultura familiar, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com investimento de R\$ 327.966.

A previsão é de conclusão das entregas, pela Conab, até 21 de novembro. Esta é a sétima e última etapa de 2016 de distribuição de cestas no RS. Ao todo, foram doadas 658 toneladas de alimentos, com investimento total de cerca de R\$ 3,3 milhões.

[Veja no site](#)

**08/11 – CORREIO DE CORUMBA/MS -** [Agricultura familiar ladarense produz sem agrotóxico e conquista consumidores](#)

Produtos saudáveis, mais renda e emprego. Estes são os ingredientes principais que movimentam o Grupo Bem-Estar, formado por famílias de agricultores do Assentamento 72 de Ladário. Eles cultivam e vendem hortaliças orgânicas. Neste processo não fazem o uso de agrotóxicos, ou seja, o veneno que espanta e mata as pragas da lavoura mas ao mesmo tempo danifica e provoca doenças no organismo humano. Está comprovado cientificamente que os agrotóxicos, ingeridos continuamente na alimentação, provocam câncer.

"Os tomates podem até não ter alguns furinhos provocados pela ação de algum inseto, mas são puros, sem nada de agrotóxico, e bem saborosos", afirma a agricultora Stefinny Lima Soares, do Assentamento 72, que divide o serviço na barraca com Leuzanira Soares e Luzinete Conceição.

Em nenhuma etapa de cultivo é usado agrotóxico, muito comum nas grandes lavouras. Os produtos da agricultura familiar possuem um sabor especial, diferente dos hortifrutis e frutas produzidos em grande escala. "No máximo, usamos uma calda de fumo para espantar as pragas da lavoura", conta o agricultor Raimundo Lima, ao lado da esposa, Adalgisa.

E o melhor disso tudo é que esses produtos orgânicos, produzidos dentro dos padrões agroecológicos, agora podem ser encontrados em postos de venda. As barracas de sete famílias ladarenses cadastradas funcionam na Feira de Ladário (quartas e sábados), na Unidade I da UFMS Campus Pantanal, na avenida Rio Branco (todas as terças) e também na sede da Embrapa Pantanal (na primeira sexta do mês, mas que pode virar semanal dependendo da demanda).

Com uma vantagem para o consumidor: legumes, verduras e frutas ficam mais baratos porque são vendidos sem intermediários, diretamente do produtor. "É puxado pra gente, porque nós mesmos plantamos, colhemos e vendemos, mas vale a pena", constata a agricultora Adalgisa Lima, do Assentamento 72.

Na UFMS, a feira funciona no saguão de acesso à Biblioteca do Campus Pantanal, com entrada pelo portão principal da avenida Rio Branco, e integra o Projeto de Extensão de Produtos Agroecológicos coordenado pelo professor Edgar Aparecido da Costa. Participam sete famílias ladarenses do Assentamento 72 e outros produtores do Assentamento Taquaral, de Corumbá.

O Grupo Bem-Estar de Agricultura Familiar também conta com o apoio do pesquisador Alberto Feiden, da Embrapa Pantanal, e técnicos agrícolas das prefeituras de Ladário e Corumbá. "Vender nossos produtos na feira, na UFMS e agora na Embrapa é um incentivo, passamos a vender mais e arrecadar mais, o que nos ajuda a cobrir os investimentos na plantação", disse a agricultora Luana Souza Soares, que trabalha ao lado do marido Oséas Soares e recentemente investiu na perfuração de um poço artesiano no seu lote no Assentamento 72. Água potável, como todos sabem, continua sendo o maior problema nos assentamentos, em pleno Pantanal e ao pé da serra do Urucum.

Para os assentados, a Embrapa Pantanal, em parceria com o Sebrae, realizou vários cursos de capacitação sobre hortas, agroecologia, associativismo, organização do lote como negócio, fortalecimento do cooperativismo, produção de caldas agroecológicas para controle de pragas. Na UFMS e na Embrapa, também participam da Feira Agroecológica a Associação dos Apicultores da Agricultura Familiar de Corumbá, e a Associação de Moradores da Comunidade Antônio Maria Coelho, com oferta de produtos ligados a Bocaiúva.

O próximo passo será o encaminhamento de projeto da UFMS para capacitação e produção de leite caipira (puro), que por enquanto continua impedido de ser comercializados na UFMS e na Embrapa, mas que pode ser encontrado nas feiras livres de Ladário e Corumbá ou sob encomenda diretamente com os produtores.

Serviço: Feira Agroecológica da Agricultura Familiar. Todas as terças-feiras das 9h às 11h no saguão da Biblioteca do Campus Pantanal na UFMS, avenida Rio Branco, bairro Universitário. Na primeira sexta-feira do mês, pela manhã, na Embrapa Pantanal, na rua 21 de Setembro, bairro Nossa Senhora de Fátima. Nas feiras livres de Ladário às quartas e sábados pela manhã.

[Veja no site](#)

**08/11 – INCRA - [Conselho Nacional de Direitos Humanos discute soluções para conflitos agrários em Rondônia](#)**

Os conflitos agrários em Rondônia pautaram a reunião do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, promovida nesta terça-feira (9), na sede do Incra, em Brasília (DF). O encontro ocorreu para discutir ações de enfrentamento a estes casos e a atos de violação de direitos humanos no campo.

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos apresentou relatório com ocorrências de homicídios, ameaças de mortes e outras formas de violência contra posseiros, quilombolas, trabalhadores rurais sem terra, extrativistas e defensores desses grupos em áreas com disputas pela posse da terra em Rondônia. Em 2015, foram 20 assassinatos decorrentes de conflitos agrários no estado. O documento apontou também recomendações aos poderes Executivo e Judiciário (estadual e Federal) para resolução e combate a esses incidentes.

Além de representantes do Incra, a reunião contou com participação de representantes da Advocacia Geral da União (AGU), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia (Fetagro), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Liga dos Camponeses Pobres, Ministério Público Federal (MPF), Movimento dos Atingidos Por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Organização dos Seringueiros de Rondônia, das organizações da sociedade civil Justiça Global, Plataforma de Direitos Humanos (Dhesca Brasil) e Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), da Ouvidoria Agrária Nacional, Polícia Federal, Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Serfal).

A coordenadora geral do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, Renata Pinho Gomes, destacou que os casos de violação de direitos humanos em Rondônia exigem atuação imediata do poder público para resolução dos conflitos decorrentes da disputa pela posse da terra e apuração dos crimes cometidos no campo. Ela ressaltou que a comissão indicou recomendações e vai monitorar a execução dessas medidas em atendimento às reivindicações das comunidades rurais no estado.

A procuradora federal dos Direitos do Cidadão da Procuradoria Geral da República, Deborah Duprat, salientou que o MPF está acompanhando os conflitos e as violações de direitos humanos no campo para exigir resposta do poder público.

Para o representante da Fetagro, Fábio de Menezes, o relatório do conselho é importante pois apresenta recomendações e busca soluções para os conflitos agrários no estado, decorrentes da ocupação irregular de terras públicas e da demanda de regularização fundiária dessas áreas.

O superintendente regional do Incra em Rondônia, Cletho Muniz de Brito, disse que a autarquia elaborou um plano para atender as recomendações e atuar na resolução de conflitos registrados em 106 áreas identificadas como prioritárias para reforma agrária, regularização fundiária ou implantação de unidades de conservação. Ele ressaltou que a atuação do Programa Terra Legal da Serfal é essencial para encaminhamento de ações visando a destinação da maior parte dessas áreas para o assentamento de mais de 8 mil famílias acampadas no estado.

O assessor da presidência do Incra, Jorge Tadeu Jatobá Correia, afirmou que a direção nacional vai apoiar a superintendência regional da autarquia para assegurar o cumprimento das

recomendações do Conselho Nacional dos Direitos Humanos e a execução de medidas propostas para promover o assentamento de famílias acampadas no estado.

### **Providências**

Durante a reunião foram aprovadas providências complementares com o objetivo de assegurar o atendimento das recomendações apontadas no relatório do Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Entre as medidas estão a criação de um grupo executivo com a participação de órgãos públicos para analisar e encaminhar ações administrativas visando solucionar os conflitos em 106 áreas identificadas no estado e de um grupo jurídico para ingressar e acompanhar medidas judiciais visando a retomada de áreas ocupadas irregularmente.

Foi acertada também a realização de reunião em Porto Velho (RO), no prazo de 30 dias, entre a direção nacional do Incra e da Serfal para tratar da destinação de terras para reforma agrária e a regularização fundiária de posses no estado.

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos vai reiterar aos órgãos citados no relatório, que ainda não se pronunciaram, a apresentação de providências em atendimento às recomendações apontadas. Vai solicitar também atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para garantir o julgamento de processos relativos a conflitos agrários em Rondônia e requisitar a sensibilização e a capacitação dos magistrados locais quanto ao julgamento de causas coletivas.

[Veja no site](#)

### **08/11 – CANAL RURAL - [Índios protestam em Brasília contra a PEC 215](#)**

Um grupo de índios organizou uma manifestação em frente à sede da Frente Parlamentar da Agropecuária nesta terça-feira, dia 8, em Brasília. Eles protestaram contra um projeto que altera o processo de demarcação de terras no país e também contra a recriação da CPI da Funai e do Incra.

Os manifestantes levaram faixas e entoaram cantos contra a PEC 215, que transfere ao Congresso a decisão sobre a demarcação de terras indígenas. O protesto durou apenas 15 minutos porque a polícia militar foi acionada e dispersou a manifestação.

“A gente está fazendo essa manifestação para mostrar para o governo que a gente existe ainda, e que nós somos donos do Brasil”, disse a líder indígena da tribo Krahô, de Tocantins, Gecilha Crukoy Krahô.

Do mesmo estado de Gecilha, a líder indígena da tribo Xerente, Suzana Xerente, disse que seu povo está preocupado com as medidas do atual governo. “Há essa preocupação com a (PEC) 215 e com a PEC 141. É preocupante para a comunidade, que não terá mais sossego para sobreviver. Nós viemos até aqui para defender o que é nosso”, disse.

As lideranças indígenas informaram que pretendem continuar com os protestos em Brasília até o fim da semana. O deputado Osmar Serraglio, relator da PEC 215 na Câmara dos Deputados, estava na sede da FPA durante a manifestação. “O protesto é um direito deles e nós reconhecemos isso. Mas, ao mesmo tempo, nós insistimos que temos a possibilidade de aprovar definitivamente uma regra que discipline como as reservas indígenas devem ser demarcadas no Brasil. Claro que nós estamos com um governo novo, diferente, e as coisas já estão sendo mais refletidas do que quando nós vínhamos acompanhando e eu imagino que tenhamos, agora um ambiente mais fácil para avançarmos.”

A Controladoria Geral da União publicou, na última semana, um relatório citando sete vulnerabilidades no processo de demarcação de terras, entre elas, a falta de transparência e organização de documentos. O relatório agradou a bancada ruralista.

A CPI da Funai e do Incra, que investiga irregularidades na demarcação de terras indígenas e na reforma agrária, arquivada em setembro, deve ser reinstalada na Câmara dos deputados nesta quarta-feira. O relatório da Controladoria, que aponta fragilidades no trabalho da Funai, deve ser usado como argumento pelos parlamentares que compõem a comissão.

[Veja no site](#)

#### **08/11 – G1/MT - [Sem-terra bloqueiam rodovia em MT e cobram regularização de área rural](#)**

Cerca de 300 trabalhadores sem-terra bloqueiam desde a segunda-feira (7) um trecho da rodovia MT-170, entre os municípios de Brasnorte e Juína, a 580 e 737 km de Cuiabá, para cobrar a regularização de uma área rural. Segundo a Polícia Militar, que monitora o bloqueio, os manifestantes queimaram pneus e usam dois caminhões para impedir o trânsito no trecho rodovia.

O **G1** procurou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem.

O bloqueio teve início às 5h [horário de Mato Grosso] e não há previsão para encerramento, segundo a PM. Os manifestantes usam dois caminhões para impedir o trânsito e chegaram a queimar pneus na rodovia.

Segundo a PM, eles cobram a regularização de uma área ocupada pelo movimento na região. O congestionamento de veículos no local tem uma extensão de 3 km.

[Veja no site](#)

#### **08/11 – PORTAL MST - [Sem Terra reocupam fazenda improdutiva e são ameaçados por pistoleiros](#)**

Cerca de 100 famílias reocuparam a fazenda Santa Maria, localizada em Ruy Barbosa, na Chapada Diamantina, na manhã deste domingo (06), com o objetivo de denunciar a improdutividade da área e agilizar o processo de desapropriação para fins de Reforma Agrária.

A ocupação é proveniente de um despejo, realizado nesta última quinta-feira (03), emitido pela justiça local.

De acordo com as famílias, o processo de reocupação foi tenso e conflituoso por conta da invasão de pistoleiros na área do acampamento. Diversas ameaças foram realizadas para pressionar os trabalhadores e trabalhadoras a desocuparem a fazenda. Como as famílias não se intimidaram, os pistoleiros saíram do acampamento afirmando que voltariam em número maior e usariam a força física para expulsá-los.

O latifúndio pertence a Nilza Passos Baleeiro, da Empresa Estância Baleeiro LTDA. A área possui mais 1,6 mil hectares e o MST realizou diversas denúncias de desmatamento e venda ilegal de madeira. Até então, os processos estão travados.

O Movimento destaca que um indício claro da improdutividade da área está do arrendamento das terras. Nilza Baleeiro arrendou a fazenda para diversas pessoas, uma delas é Rogério Valverde,

“representante legal e responsável pela contratação de jagunços que estão ameaçando as famílias”.

As famílias entraram em contato com a Casa Militar para denunciar as constantes ameaças, porém não houve retorno.

Este já é o segundo despejo sofrido pelas famílias Sem Terra que seguem resistindo. Desse processo de luta nasceu o Acampamento Olga Benário, onde há mais de dois anos produzem diversos alimentos saudáveis que são comercializados em feiras locais.

[Veja no site](#)

---

#### **Assessoria de Comunicação Social**

Jornalista responsável: Jerúsia Arruda

Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER

Telefone: (61) 2020-0293 | (61) 99241-3607

[imprensa.anater@mda.gov.br](mailto:imprensa.anater@mda.gov.br)